



# Entre escolas domésticas e palácios: culturas escolares e processos de institucionalização da instrução primária na cidade do Rio de Janeiro (1870-1890)

Between domestic schools and palaces: schools cultures and construction process of the primary public education in Rio de Janeiro (1870-1890)

Alessandra Frota Martinez de Schueler  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

## Resumo

O presente trabalho aborda o processo de construção da instrução pública primária na cidade do Rio de Janeiro, entre 1870 e 1890, a partir da análise das leis, regulamentos e documentos oficiais do Ministério do Império e da Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte, interpretando-o como parte integrante do processo mais amplo de constituição da escola moderna, o qual esteve articulado à formação do Estado imperial. Procurou-se compreender o movimento de implementação das escolas primárias na cidade, incluindo a sua localização, a disposição dos *tempos* e dos *espaços* escolares na trama urbana, visando a investigar as imbricações entre as culturas urbana e escolar, considerando-se a complexidade e a heterogeneidade das *escolas domésticas* e dos chamados *palácios*, das práticas e das experiências sociais, no processo de constituição de *culturas escolares* na Corte imperial.

Palavras-chave: Culturas Escolares, História da Educação, Corte Imperial.

## Abstract

The present paper has the purpose of investigating the construction process of the primary public education in Rio de Janeiro from 1870's to 1890's, starting by laws, regulations and documents from the Ministério do Império e Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte, being interpreted as taking part of broaden process of the modern urban *school*, coupled with the Brazilian Royal State formation. It is necessary to understand the implementing movement of primary schools in the city, taking in consideration the localization, distribution, disposal of *school times* and *spaces* on the urban set, aiming to investigate interrelationships between urban and school cultures. Such thing was considered based on complex and heterogeneous between *domestic schools* and *palaces*, on practices and social experiences in the construction process of the public primary schools on Imperial Court.

Keywords: School Cultures, History of Education, Brazilian Imperial Court.



Em *Conto de Escola*, publicado em 1896, Machado de Assis narra as peripécias de um menino em sua desventurada relação com a escola primária, cuja freqüência era constantemente burlada e ameaçada em favor dos atrativos da infância, as brincadeiras de rua, os passeios nas regiões populares da cidade do Rio de Janeiro, o Campo de Santana e o Morro de São Diogo:

A escola era na rua do Costa, um sobradinho de grade de pau. O ano era de 1840. Naquele dia – uma segunda-feira do mês de maio – deixei-me estar alguns instantes na rua da Princesa a ver onde iria brincar de manhã. Hesitava entre o morro de São Diogo e o Campo de Santana, que não era então esse parque atual, construção de *gentleman*, mas um espaço rústico, mais ou menos infinito, alastrado de lavadeiras, capim e burros soltos. Morro ou campo? Tal era o problema. De repente, disse comigo, melhor era a escola. E guiei para a escola. Aqui vai a razão.

[...]

Na semana anterior tinha feito dois suetos e, descoberto o caso, recebi o pagamento das mãos de meu pai, que me deu uma sova de vara de marmeleiro. As sovas de meu pai doíam por muito tempo. Era um velho empregado do Arsenal de Guerra, ríspido e insolente. Sonhava para mim uma grande posição comercial, e tinha ânsia de me ver com os elementos mercantis, ler, escrever e contar, para me meter de caixeiro. Citava-me nomes de capitalistas que tinham começado no balcão. Ora, foi a lembrança de meu último castigo que me levou naquela manhã para o colégio. Não era um menino de virtudes. (ASSIS, 1997, p. 137).

161

A narrativa machadiana nos remete ao tempo em que as escolas primárias, então constituídas como problema do Estado imperial que se consolidava, funcionavam nas casas dos mestres, no âmbito dos espaços domésticos ambigüamente entrelaçados e indissociados dos escassos espaços públicos estatais.

A escola primária freqüentada pelo personagem da crônica parecia um lugar de enfados, tão pouco atrativa frente às brincadeiras da infância, aos passeios em meio aos espaços públicos ocupados pelas classes populares da região carioca, a Freguesia de Santana (atuais Praça da República e Praça Onze). As lavadeiras, os carregadores de mercadorias e de pessoas, com seus burros soltos, o infinito capim de um descampado – o qual, antes da reformas urbanas da década de 1870 que o transformaram

em um elegante parque à moda européia, era um espaço rústico e popular – exerciam maior atração ao nosso personagem do que a enfadonha escola primária. Escola na qual se ensinava a ler, escrever e contar à população livre e pobre que a freqüentava, cujos anseios pareciam consistir na busca pela mobilidade e ascensão social, por uma colocação no promissor mercado de trabalho dos serviços de comércio urbano – exercer o ofício de caixeiro, tornar-se capitalista!!<sup>a</sup>

Nessas condições, a escola primária, a despeito das intenções políticas estatais, era apropriada como um lugar possível de mobilidade social, onde as crianças das classes populares, sobretudo os meninos, aprenderiam a ler, escrever e contar para alçar os meios de sobrevivência e os postos de trabalho de maior *status* em uma cidade comercial na qual a escrita, corrente e mercantil, cada vez mais distinguia os indivíduos livres e libertos da massa de analfabetos. (CHALHOUB, 1996).

No Rio de Janeiro do final do séc. XIX, advogados, médicos, professores e professoras, literatos, políticos, discutiam as questões sobre a necessidade de criar escolas primárias e de educar as crianças no Parlamento, na imprensa nas Conferências públicas e nas suas Sociedades e Associações. (MARTINEZ, 1997). Seus ideais, profundamente informados pela busca da civilização e do progresso, se baseavam nos modelos estrangeiros e nos países então considerados avançados, principalmente os da Europa e os Estados Unidos. No entanto, o sonho dos dirigentes imperiais em alcançar uma dada civilização não constituía mero reflexo ou transplantação de instituições exóticas. (CARVALHO, 1989). Ao projetarem medidas e apresentarem soluções para os problemas da cidade, os dirigentes imperiais estavam olhando para a realidade à sua volta: a de uma cidade cujo crescimento demográfico era assustador, e que, na década de 1870, a maioria da população era livre, negra e mestiça. (CASTRO, 1993).

Confundiam-se então os livres e os escravos, os nacionais e os estrangeiros, principalmente os portugueses e os italianos, recém-chegados. Com a progressiva diminuição do número de escravos urbanos, em decorrência da extinção do tráfico africano, das políticas privadas de senhores para alforriar cativos e da venda de grandes levas para as fazendas do interior, a Corte parecia, para os escravos e libertos ao ganho que nela residiam e “viviam sobre si”, uma verdadeira “cidade esconderijo.” (CHALHOUB, 1988).



A crescente complexidade da sociedade, o crescimento demográfico e a heterogeneidade étnica e sócio-cultural da população contribuíam para que os esforços no sentido de promover melhorias nos serviços e o processo de modernização esbarrassem nas formas tradicionais e nos problemas urbanos estruturais da sociedade carioca, como a crise habitacional, o alto preço dos aluguéis, as epidemias de febre amarela e a ausência de saneamento nas áreas centrais mais populosas – fatores que vieram a se agravar com a concentração e o crescimento demográfico, a partir das últimas décadas do século passado. Todos esses problemas afetavam as escolas que, em sua maioria, funcionavam em casas domésticas alugadas – e continuaram, aliás, a afetar o lento processo de constituição dos espaços escolares, nos primeiros trinta anos da República. (NUNES, 1992).

Em 1872, a população da cidade do Rio de Janeiro chegava aos 274.972 habitantes, a maioria constituída de indivíduos livres e libertos, devido à queda significativa do número de escravos (48.939), que então representavam apenas 20,56% do total de trabalhadores urbanos. (LOBO, 1978). A proporção dos indivíduos livres e libertos, nacionais e estrangeiros para quem, em tese, as escolas públicas e particulares eram legalmente franqueadas e destinadas, era, portanto, quatro vezes superior ao número de escravos na Corte, representando cerca de 80% da população. Em 1878, a proporção será ainda mais elevada, na medida em que a quantidade de cativos na cidade decresceu para cerca de 37.285 indivíduos.

O mapeamento do perfil sócio-econômico e habitacional das freguesias do Rio de Janeiro, através dos dados quantitativos do Censo de 1870/72, confirma as análises dos autores da história urbana carioca, que já ressaltaram a significativa heterogeneidade e a complexidade da sociedade imperial – não sendo possível reduzi-la à dicotomia casa-grande e senzala –, nas últimas décadas do século XIX.

Do ponto de vista ocupacional, entre a população livre, o Censo de 1872, apontava para uma grande quantidade de pessoas classificadas como “sem profissão”, 92.106, isto é, 38,61% do total, categoria que compunha uma variedade de ofícios, como carregadores, ambulantes, artesãos autônomos, mendigos e trabalhadores pobres. Entre os empregados domésticos, havia cerca de 20.000 indivíduos, com grande percentual de mulheres e crianças. Nas demais profissões classificadas encontravam-se: 63,86% de “trabalhadores braçais;” 36,14% “artesãos oficiais;” 8,54% de comerciários

e comerciantes; 10% de “proprietários e capitalistas,” 4,8% de profissionais liberais (incluindo 897 professores e homens de letras).

A população da cidade concentrava-se nas áreas classificadas como urbanas pela divisão político-administrativa. Em 1872, havia 19 paróquias ou freguesias, sendo 11 consideradas urbanas, com um total de 220.000 habitantes (Engenho Velho, São Cristovão, Espírito Santo, Santana, Santo Antonio, Sacramento, Candelária, São José, Santa Rita, Glória, Lagoa), e 8 rurais, com cerca de 50.000 habitantes (Santa Cruz, Guaratiba, Campo Grande, Jacarepaguá, Irajá, Inhaúma, incluindo-se as Ilhas do Governador e de Paquetá).

No que se refere às áreas rurais da cidade do Rio de Janeiro, Maria Eulália Lobo destacou a presença significativa da produção agrícola de subsistência e de abastecimento para os arredores e o centro da cidade. Nas lavouras rurais ainda era significativa a presença dos escravos, embora se acentuasse a tendência de crescimento do trabalho livre. (LOBO, 1978).

Considerando-se o início da década de 1870, verifica-se que nestas regiões, mais distantes do centro da cidade, a presença de casas de escolas primárias, mantidas pelo orçamento do Ministério do Império, era mais rarefeita, via de regra, havendo para cada freguesia ou paróquia, uma média de 2 escolas oficiais, uma para cada um dos sexos, embora em alguns casos fossem registrados apenas 1 escola de meninos. Nas freguesias da cidade classificadas como rurais pelo Ministério do Império – Santa Cruz, Guaratiba, Campo Grande, Jacarepaguá, Irajá, Inhaúma, Ilha do Governador, Ilha de Paquetá – foram registradas, para o ano de 1870, um total de 17 casas de escolas públicas de ensino primário, sendo 10 para o atendimento dos meninos.<sup>b</sup>

As regiões ou freguesias definidas como urbanas concentravam a população da cidade do Rio de Janeiro, já na década de 1870. Santana, Santa Rita, Santo Antonio, São José e Glória permaneceram com alta densidade demográfica, ao passo que a cidade se estendia ao sul (Lagoa e Gávea) e ao norte (Engenho Velho, São Cristovão, Espírito Santo, esta última paróquia criada em 1865).

Conforme se aproximava à área central da cidade do Rio de Janeiro, tanto a densidade demográfica era mais alta quanto também o era o número dos estabelecimentos comerciais, oficinas, manufaturas, prédios públicos e



casas de escolas. Os novos edifícios escolares, ironicamente denominados pelos críticos de *palácios*, construídos nos anos 1870 e 1880 (total de 7 prédios), via de regra, foram erguidos nas freguesias centrais da cidade, em áreas destacadas como, por exemplo, as praças públicas, locais onde poderiam conferir maior visibilidade política à ação dos poderes públicos em prol da instrução, além de auxiliar na demarcação de um lugar cada vez mais significativo à educação escolar, e à moderna *escola*, na cultura urbana, neste final de século XIX.

Na parte mais antiga da cidade, por exemplo, a Freguesia de São José abrigava o percentual de 8 % (cerca de 20.020 pessoas) do total de habitantes, em 1870. As casas comerciais e as oficinas registravam um total de 6.343 pessoas, entre comerciantes e trabalhadores de ofícios. Nesta freguesia, a população pobre se aglomerava em estalagens e acomodações coletivas (44 cortiços em 1868, com 2.022 habitantes). (ROCHA, 1986). O centro do poder político se localizava nessas áreas que, no caso de São José, era representado pela Câmara dos Deputados e o Ministério do Império, além do Arsenal de Guerra. Possuía 21 prédios públicos, sendo 2 casas de escolas públicas, uma para cada sexo. Sobre as escolas particulares, conforme dados de 1884, havia na freguesia, 12 estabelecimentos.

165

A partir de 1874, a freguesia passou a contar com um novo edifício escolar para o ensino primário – a Escola Municipal de São José, na Rua da Ajuda, cujo prédio, na década de 1890 serviu de sede à própria Câmara – financiado conjuntamente pela Câmara Municipal, pela Associação Protetora da Infância Desvalida e pelas freiras do Convento da Ajuda.

A Freguesia de Santana, área da Cidade Nova, era, de longe, a mais populosa, com alta densidade populacional, concentrando cerca de 8,5% da população, isto é, 32.863 habitantes, em 1872, entre escravos, libertos, nacionais livres e imigrantes, portugueses e italianos. Era a região de maior número de habitações coletivas, estalagens e cortiços – 54 – os quais abrigavam 6.458 pessoas. A população pobre e trabalhadora convivia com comerciantes de varejo e atacado, proprietários de oficinas e artesãos estabelecidos – heterogeneidade que, aliás, era marcante em todas as freguesias da cidade.

Na populosa Santana estava localizada a sede da Estação Ferroviária de Pedro II, hoje nossa Central do Brasil. O Ministério da Guerra,

o Ministério das Relações Exteriores (atual Palácio do Itamaraty), o Senado, a Casa da Moeda (hoje, Arquivo Nacional), o Ministério da Justiça, a Casa de Detenção da Corte (Frei Caneca atual), o Quartel de Bombeiros e, em 1872, o “palacete” da Escola Pública Municipal de São Sebastião, prédio escolar construído para abrigar 600 crianças de ambos os sexos. Havia, ainda, 4 casas de escolas domésticas mantidas pelo erário, 2 para cada sexo. Quanto ao número de escolas e colégios particulares, em 1884, a freguesia chegou a contar 16.

Apresentando alta densidade demográfica – 9,2% do total de habitantes, cerca de 26.909 pessoas em 1872 –, com ruas tortuosas e estreitas, estava a principal área de comércio exportador e importador, centro nervoso das trocas mercantis na cidade, a Freguesia do Sacramento. Com alto percentual de 13,3% do total de escravos da Corte – trabalhadores nos serviços do comércio e criados –, a freguesia possuía grande quantidade de comerciantes, caixeiros e empregados domésticos. Quanto ao número de escolas públicas, havia na paróquia do Sacramento 4 casas de escolas em 1870, 2 para cada sexo.

166 Outra área comercial e financeira importante, local de lojas importadoras, casas comissárias, oficinas, consulados, bancos e escritórios, era a Freguesia da Candelária, paróquia central da cidade. Preferida pelo comércio luso, recebia as levas de pequenos imigrantes estrangeiros, notadamente os pequenos portugueses, que vinham *fazer a América* como caixeiros, guarda-livros, escriturários, e comerciantes na Corte, entre outros serviços e ofícios. O Mercado do Peixe, a Alfândega e seus armazéns, nas proximidades do Largo do Paço (Palácio Imperial) e da Praça de D. Pedro II (atual Praça XV de Novembro), conferiam singularidade à freguesia da Candelária. Na freguesia, em 1870, havia 2 casas de escolas públicas, uma para cada sexo e nenhuma escola particular foi apontada pelas autoridades da Inspeção de instrução.

A Freguesia de Santa Rita, com 30.865 habitantes, era contígua à área portuária, mantendo a função comercial do centro da cidade inseparável da sua função residencial. Casas comissárias de café, estaleiros, trapiches e armazéns, oficinas e manufaturas de todos os tipos salpicavam as ruas estreitas e tortuosas da região. Na Praça da Harmonia, local em que, no ano de 1874, o Ministério do Império inaugurou o edifício construído para abrigar as crianças da Escola Pública da Freguesia de Santa Rita, para



ambos os sexos, funcionava o Mercado Público. A freguesia possuía 4 casas de escolas públicas, 2 femininas e 2 masculinas, em 1872. Na década seguinte, em 1884, a freguesia possuía 9 escolas particulares.

Saindo do perímetro urbano, em direção ao sul, a Freguesia da Glória (que abrangia o Catete, a Glória até a atual enseada do Flamengo) era uma região marcada pela presença de famílias abastadas, proprietários de chácaras e casas de luxo, hotéis de alta categoria, manufaturas e comércio de produtos finos. Entretanto, a Freguesia da Glória, para além de sua população privilegiada, era a segunda colocada em habitações coletivas e moradias populares: 107 cortiços, com 2.376 moradores – perdendo apenas para a Freguesia de Santana, considerada área de concentração de trabalhadores pobres e “desocupados.” Com cerca de 18.000 habitantes, a paróquia concentrava 7,9% da população da capital.

Havia, na bela Glória, 18 prédios públicos, entre os quais 2 casas de escolas públicas, uma para cada sexo, em 1870. Dois anos depois, o Imperador Pedro II inaugurava o edifício da Escola Pública Primária da Glória – mais um dentre os chamados *palácios* escolares construídos nas décadas de 1870 e 1880. Confirmava então a sua intencionalidade política de relacionar simbolicamente as novas escolas, de grandes dimensões arquitetônicas e o poder central, alocando um dos prédios na populosa e eminente freguesia da Glória. Quanto às escolas particulares, a Glória, em 1884, possuía 22, representando maior número delas em relação às demais freguesias.

Da enseada do Flamengo, incluindo a região da Lagoa Rodrigo de Freitas, até Jacarepaguá, marcavam-se os limites da Freguesia da Lagoa. Região de chácaras, mansões e modernos jardins – englobava o chique Botafogo e suas mansões –, a freguesia era uma das áreas residenciais, juntamente com a Glória, preferidas dos políticos, ricos comerciantes, senhores de terras e escravos, militares de alta patente e intelectuais. Na Lagoa, havia 3 casas de escolas públicas, 2 masculinas. Em 1884, foram registrados 17 estabelecimentos escolares particulares.

No que diz respeito ao estabelecimento das escolas públicas primárias é interessante perceber que os modernos prédios escolares, construídos nas décadas de 1870 e 1880, caracterizados por suas grandes dimensões arquitetônicas, e pelo estilo nitidamente europeu, em geral, foram localizados nas freguesias centrais e mais populosas, como Santana, Santa Rita, São José,

Glória, Santo Antonio e São Cristovão, demonstrando a tendência clara em se privilegiar uma política de escolarização da população urbana, próxima ao centro do poder, garantindo maior visibilidade política à ação educativa promovida pelo governo. O que, uma vez mais, reafirmava as imbricações entre a constituição da *escola* com os processos de urbanização.

Além disso, a construção e a localização destes novos prédios escolares conferiam visibilidades distintas às escolas, contribuindo para acentuar a percepção das casas alugadas para as escolas isoladas – as escolas domésticas – como símbolos do “atraso colonial,” da sujeira, dos “pardieiros,” da pedagogia e da educação tradicionais, em oposição à modernidade da arquitetura e às práticas pedagógicas que se pretendia inaugurar.

Os *Relatórios do Ministério do Império* e da *Inspetoria Geral de Instrução Pública da Corte* fornecem indicações sobre as propostas educacionais e os projetos de reforma do ensino primário então veiculados, bem como registram, segundo a perspectiva governamental, o movimento oficial para incentivar a instrução primária na cidade do Rio de Janeiro, já que um dos seus objetivos era ressaltar e justificar a ação das autoridades em prol do “bem público.”

168

Os *Relatórios* de João Alfredo Correia de Oliveira, por exemplo, apresentados de maio de 1871 a maio de 1874, tempo em que o conservador foi titular da pasta do Império, reiteravam a opinião corrente segundo a qual a situação do ensino primário na cidade era “quase estacionária.” A exposição da situação geral da instrução pública primária na Corte, através da produção de dados estatísticos sobre o quantitativo das escolas e a clientela existente, ou seja, a *população escolar*, servia para justificar a necessidade de uma maior intervenção do Estado nos assuntos da educação e, portanto, para embasar a defesa da constituição de um sistema público de escolas na cidade, centralizado e controlado pelo Ministério do Império.

A população escolar – que incluía os meninos e meninas livres, vacinados e isentos de moléstias contagiosas entre 5 e 14 anos, excluindo os escravos (havia cerca de 42.000 cativos nesta faixa etária, segundo o Censo de 1872) –, era composta de aproximadamente 50.000 pessoas. Desse total, 10.100 indivíduos foram matriculados nas escolas públicas e particulares primárias da cidade, isto é, pouco mais de 20% das crianças livres da Corte.



O *Relatório da Inspeção Geral da Instrução Pública* para o ano de 1871 traz informações muito ricas para a avaliação da situação da instrução pública e particular primária na cidade. O inspetor preocupou-se em demonstrar a quantidade de menores de 14 anos matriculados nas escolas, tanto públicas quanto particulares, comparando este dado com o número total da população de menores residentes em cada freguesia. A sua exposição exaustiva, se, por um lado, não revela resultados quantitativos fidedignos da frequência dos alunos nas escolas públicas e primárias da cidade – já que os números indicam apenas a matrícula e não a frequência efetiva – por outro lado, representam importante instrumento de análise para se ter uma idéia do possível número de menores em idade escolar em cada freguesia e da porcentagem de alunos que recorria, pelo menos, à matrícula nas escolas.

As freguesias urbanas eram as mais populosas da cidade contando com 18.693 menores de 14 anos. Dentre estas, a maior concentração de menores registrada encontrava-se nas freguesias de Santana (3.337), São José (2.041), Glória (1.953), Santa Rita (1.875) e Santo Antonio (1.793), situadas nas áreas centrais da cidade.

A freguesia de Santana, que concentrava a maior quantidade de menores de 14 anos era também a que possuía o maior número de matrículas (1.838, 60% do total), mormente em relação ao ensino particular primário, o qual contava 1.238 alunos matriculados (cerca de 80%) contra 555 (cerca de 20%) nas escolas públicas. Segundo as contas do Inspetor, em Santana, ficaram de fora das matrículas escolares 1.499 menores de 14 anos.

Para a Freguesia de São José, com um total de 2.041 menores de 14 anos, as matrículas totalizavam 717 alunos (mais de 70% do total de menores da freguesia), sendo 472 (mais de 60% de matrículas) no ensino particular e 245 nas escolas públicas.

Na Glória, região privilegiada pelas chácaras e vivendas dos mais privilegiados economicamente, calculava-se um total de 1.953 menores de 14 anos, sendo que 935 (cerca de 50% do total) matriculados nas escolas: 643 (aproximadamente 70%) nas particulares e 292 nas públicas.

Em Santa Rita, havia 1.875 menores de 14 anos. Destes, 1.192 (mais de 60%) estavam matriculados em 1871, sendo 649 no ensino particular e 543 nas escolas públicas. Nesta freguesia, o percentual de matrículas

apresentava maior equilíbrio entre o ensino particular e o público, chegando este último a quase 50% do total.

Na freguesia de Santo Antonio, em um total de 1.793 menores de 14 anos, 832 estavam matriculados (cerca de 50% do total), sendo 462 (cerca de 55%) nas escolas particulares e 238 (aproximadamente 45%) nas públicas.

Na região do Sacramento, a população menor de 14 anos foi calculada em 2.118 menores, estando 1.433 (mais de 70%) matriculados nas escolas públicas e particulares. O percentual de alunos nas públicas era de aproximadamente 40%, ou seja, 600 alunos, contra cerca de 60% nas escolas particulares, isto é, 833 matrículas.

O percentual de matrículas, em números aproximados, nas freguesias urbanas centrais e mais populosas, em relação ao número estimado de menores de 14 anos, não parecia tão insignificante, se atentarmos para o fato de que o impulso ao processo de escolarização estatal, conjuntamente à constituição de um sistema público de escolas primárias havia se intensificado apenas a partir da segunda metade do século XIX, com a consolidação política do Estado imperial.

Além disso, o maior percentual de matrículas nas casas de escolas primárias particulares atesta o que a historiografia educacional do período há muito vem apontando: a crescente importância das escolas e instituições privadas em nosso país, incentivadas pelos poderes públicos, ávidos não apenas em dividir o ônus dos serviços prestados à população, mas, sobretudo, em reiterar as imbricações, as relações ambíguas e contraditórias e a ausência de fronteiras visíveis entre o público e o privado.

A existência de alunos que aprendiam nos próprios domicílios, por intermédio de mestres-escolas e preceptores, foi ressaltada pelo inspetor enquanto uma parcela da população escolar não computada pelos dados do Ministério do Império, portanto, fora do controle dos poderes públicos. Em princípio, poderíamos pensar que a maioria destes alunos deveria pertencer às classes mais privilegiadas da cidade, as quais teriam acesso a recursos para remunerar professores exclusivos. No entanto, quando nos deparamos com casos como a escola de Pretextato, que, desde 1853, ensinava os filhos "pretos" dos libertos, apesar dos sacrifícios financeiros de seus familiares, é preciso relativizar a afirmação simplista de que o acesso às aulas, escolas e



colégios particulares era cerceado aos extratos mais pobres da população da cidade do Rio de Janeiro. Afinal, as formas e os meios de aprender e ensinar nunca foram homogêneos e, muito menos, estiveram restritos ao universo das instituições públicas oficiais de educação ou ao âmbito exclusivo de instituições privadas destinadas aos grupos economicamente privilegiados. (SILVA, 2000).

Tais dados se confirmam no que se refere às outras freguesias urbanas, nas quais há tendência a um maior equilíbrio entre o número de matrículas das escolas oficiais e das particulares. Na Candelária, o total estimado de menores de 14 anos chegava a 564 e o número de matrículas a 310, ou seja, cerca de 60%. A diferença é que nesta freguesia o número de matrículas era elevado nas escolas públicas: 237 (cerca de 80%) contra 73 (pouco mais de 20%) do ensino particular.

Mais para o sul da cidade, na freguesia da Lagoa, o número estimado de menores era de 1.321 e das matrículas, 719 (cerca de 60% do total). Destas, quase a metade foi registrada nas escolas públicas, 329, e o restante, 390, nas particulares.

Nas áreas urbanas mais afastadas – como Espírito Santo, Engenho Velho e São Cristovão – havia uma estimativa de maior diferença entre o número de matrículas nas escolas e o total da população escolar. Na freguesia do Espírito Santo, havia uma estimativa de 1.195 menores de 14 anos e 552 matrículas, isto é, aproximadamente 50% do total. Nas escolas particulares, contavam-se 372 (cerca de 70%) alunos e 180 (30% aproximados) nas públicas. Em São Cristovão, estimava-se a existência de 1.098 menores, estando 585 (pouco mais de 50% do total) matriculados, metade nas escolas públicas (290) e metade nas particulares (295). Já na freguesia do Engenho Velho, havia 1.362 menores, sendo as matrículas em número reduzido de 369 alunos (pouco mais de 20% do total). Das 369 matrículas, 153 (cerca de 40%) foram registradas nas escolas oficiais e 216 nas particulares.

No que estes dados estatísticos podem contribuir para enriquecer as reflexões dos historiadores sobre as complexas relações entre os processos de institucionalização da *escola*, e mais precisamente da escola primária estatal, e a demanda por escolas por parte da heterogênea população da cidade do Rio de Janeiro, nas décadas finais do século XIX?

De uma maneira geral, em quase todas as freguesias urbanas – com exceção do Engenho Velho –, 50% ou mais do público potencial, definido à época como população escolar, foi registrado no quadro de matrículas elaborado pelo Inspetor Geral de Instrução Pública, em 1871. Percentual que, obviamente, lembraria Rui Barbosa, não correspondia à frequência efetiva no ensino primário, incluindo ainda registros repetidos de crianças que, devido à instabilidade habitacional, se matriculavam em várias escolas simultaneamente, além de fraudes e “alunos fantasmas,” inventados pelos professores para aumentar as suas subvenções.

Porém, o percentual de cerca de 50% de matrículas, ao menos, indicava a importância crescente da escolarização e do ensino elementar entre a população urbana do Rio de Janeiro, sendo notável o registro de matrículas nas populosas freguesias centrais, locais de moradia, muitas vezes em habitações coletivas, de número significativo de indivíduos livres e libertos, pertencentes às camadas mais pobres e trabalhadoras.

A importância crescente da escolarização, na cidade do Rio de Janeiro, também foi verificada por Gondra e Lemos, que analisaram uma série de abaixo-assinados, redigidos por moradores das diversas freguesias, entre comerciantes, “pais de família,” professores, bacharéis, e outros interessados, os quais foram apresentados às instâncias administrativas do poder imperial, entre os anos de 1869 a 1888. (GONDRA; LEMOS, 2001).

Neste conjunto de cartas assinadas, os sujeitos interessados, demonstrando conhecer os “labirintos e o funcionamento do poder na Corte imperial,” transmitiam ao governo variadas demandas e sugestões a respeito dos problemas educacionais de suas freguesias, tais como a abertura de escolas públicas ou o financiamento de instituições privadas, a fiscalização da conduta e da “moralidade” dos professores primários e a reorganização dos tempos e dos espaços escolares, conforme às necessidades locais. (GONDRA; LEMOS, 2001).

Ao reivindicarem a criação de escolas públicas ou a subvenção oficial de escolas particulares, os signatários argumentavam no sentido de que haveria um número significativo de crianças em idade escolar, que permaneciam fora da escola, seja pela ausência de estabelecimento oficial gratuito, seja pela carência de recursos dos familiares, que não podiam arcar com os custos das escolas particulares. Tais requerimentos aos poderes públicos



demonstram as repercussões sociais da institucionalização da escola, isto é, a crescente demanda por escolas primárias, entre setores da população urbana e suburbana da cidade.

É importante enfatizar que a maior parte dos abaixo-assinados foi encaminhada por moradores das freguesias suburbanas ou das localidades mais afastadas do centro da Corte, tais como Vargem Grande, Mendanha, Jacarepaguá, Engenho Velho e Tijuca. (GONDRA; LEMOS, 2001). Tal fato corrobora a hipótese de que, na implementação de uma política de abertura de escolas na cidade do Rio de Janeiro, o Ministério do Império, priorizava as áreas centrais, principalmente as freguesias urbanas. No que se refere às freguesias rurais ou “de fora” da cidade, os dados indicados pela Inspeção Geral diagnosticam, em termos numéricos, tanto de escolas públicas ou particulares, quanto de matrículas, uma situação bem menos animadora. Vejamos os cálculos.

Na freguesia de São Thiago de Inhaúma, o número estimado de menores de 14 anos, livres, chegava a 562 e o de matrícula, ínfimos 53 alunos (menos de 10% do total), todos na única casa de escola pública – de meninos – então existente na paróquia.

Em Irajá, calculava-se 632 menores e 138 matrículas (pouco mais de 20% do total). Nas casas de escolas públicas, 77 alunos matriculados e 61 nas particulares.

Em Jacarepaguá, dos 570 menores de 14 anos, apenas 69 (cerca de 12%) foram registrados nas 2 escolas públicas de meninos e meninas. A defasagem era bem maior em Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande: dos 1.092 menores de 14 anos, havia 52 matrículas (apenas 5% do total), sendo 42 alunos nas escolas públicas e 10 na particular.

No Curato de Santa Cruz, o número de menores era 219, sendo que 40 (cerca de 20%) estavam matriculados, 18 nas escolas públicas e 22 nas particulares. Em São Salvador de Guaratiba, estimava-se 868 menores livres, estando 90 alunos matriculados (pouco mais de 10%), a maioria, 84, no ensino público e 6 no particular.

Nas ilhas, contabilizadas como áreas rurais, a situação apresentada era a seguinte: em Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador, havia 314 menores de 14 anos e 95 (cerca de 30%) matrículas no ensino público. Já em Bom Jesus da Ilha de Paquetá, a maior parte dos 133 menores livres

de 14 anos estava matriculada nas escolas públicas de ambos os sexos, isto é, 92 alunos (mais de 70% do total de menores livres), sendo 47 meninos e 45 meninas.

Baseando-se no quadro geral apresentado pelo Inspetor Geral, os dados sobre as freguesias rurais revelam uma percentagem bem menor de matrícula, nas poucas escolas então oferecidas à população livre em idade escolar. Mas, em que pese a importância deste fato, o qual indica a precariedade da escolarização em áreas não urbanizadas, é preciso considerar que as casas de escolas mantidas pelo Estado, algumas vezes as únicas existentes nas freguesias “de fora,” pelo menos em 1871, abrigavam a maior parte dos alunos matriculados, isto é, 530 matrículas contra 90 das aulas e escolas privadas. Além disso, as práticas tradicionais e informais de ensino das primeiras letras, – como, por exemplo, o ensino familiar entre parentes e agregados, com ou sem auxílio de preceptores – não foram registradas, deixando, para os historiadores, uma lacuna significativa no que se refere às possibilidades de historiar práticas heterogêneas de alfabetização no Rio de Janeiro oitocentista.

174 Seja como for, a avaliação realizada pelo Inspetor Geral de Instrução na Corte, no início da década de 1870, levava-lhe à conclusão de que era preciso maior empenho das autoridades públicas na difusão do ensino primário pelas classes populares. Segundo ele, as estatísticas demonstravam que, “apesar do grande esforço do governo” – o qual, ainda em 1871, estabeleceu a criação de 10 escolas públicas – a matrícula nas escolas ainda era ínfima, se comparada a grande quantidade de menores de 14 anos, livres, que, na maioria das freguesias, não estavam matriculados nas escolas.

O Inspetor apresentava outros empecilhos para o desenvolvimento da instrução primária. Um dos mais graves, na sua perspectiva, consistia no fato de que, a maioria dos alunos das escolas públicas e particulares primárias não prestava os Exames Finais de conclusão do curso, realizados ao final de cada ano, pelas Mesas Examinadoras nomeadas pelo Ministério do Império.

Na opinião do inspetor da instrução na Corte, as classes pobres evitavam as escolas e os exames públicos. Caso se matriculassem em alguma escola, as crianças se retiravam antes do término do curso primário. Para o dirigente, a única solução seria providenciar para que o ensino fosse



efetivamente obrigatório, como já legislava o Regulamento de 1854. A explicação dada pelo inspetor para a não recorrência das classes populares às escolas era de que a instrução elementar nelas ministrada era muito superior às “necessidades” dessas classes. Ressaltava ainda que, embora não fosse fácil avaliar o limite da instrução “indispensável a todos,” acreditava que para os “filhos do povo”: “[...] os que verdadeiramente necessitam de instrução elementar, este deve ser feito em escolas anexas a oficinas onde tenham o tirocínio da profissão conveniente, remunerado na devida proporção.” (AMARAL, 1872, p. 17).

Suas idéias eram compartilhadas pelo governo conservador, liderado pelo Ministro João Alfredo. Para ele, a instrução profissional e a instituição das chamadas escolas industriais representavam um caminho possível para educar os jovens e até mesmo os adultos. O seu projeto de criar as escolas profissionais foi materializado com a fundação do *Asilo de Meninos Desvalidos* (na República, denominado Instituto João Alfredo), em 1874.

A proposta de instruir a população adulta, é claro, provinha do fato de que, o Império parecia – na expressão metafórica de José Murilo de Carvalho – um “mar de analfabetos.” (CARVALHO, 1980). A porcentagem dos alfabetizados, entendidos como aqueles indivíduos que sabiam ler e escrever, em nível nacional era, de fato, muito pequena. De acordo com o Censo de 1872 havia uma população de aproximadamente 10.100.000 almas no Império. Destas, eram alfabetizados cerca de 1.013.555 homens e 551.426 mulheres e, analfabetos, 4.110.814 homens e 4.255.183 mulheres. A porcentagem de indivíduos alfabetizados do sexo masculino era de 19,8% e, do sexo feminino, 11,5%.

O Censo de 1890, após o advento da República, apontou para um pequeno crescimento do número de homens e mulheres alfabetizados: 1.385.854 e 734.705, respectivamente. Em termos percentuais não se modificou o quadro da população masculina alfabetizada, continuando em torno de 19,8%. Em relação às mulheres, por outro lado, notou-se significativo crescimento. A população de analfabetos, porém, continuava alta, considerando-se que houve vertiginoso crescimento demográfico, principalmente no Sudeste, devido às migrações internas de escravos e libertos e da imigração estrangeira. Em 1890, os dados apontaram 5.852.078 homens e 6.361.278 mulheres que não sabiam ler e escrever.



No entanto, mesmo considerando as falhas e imperfeições do Censo de 1872, o levantamento demonstrou que, pelo menos nas grandes cidades, o crescimento da alfabetização não pode ser desprezado, nas duas últimas décadas do Império. Por isso, para o Rio de Janeiro, os dados de alfabetização produzidos pela Comissão de Estatística dos Censos de 1872 e 1890, apresentaram-se um pouco mais otimistas. Em 1872, com uma população de 274.972 habitantes, 65.384 homens (41,2%) e 34.101 (29,3%) sabiam ler e escrever, totalizando 99.485 alfabetizados, o que representava, em dados aproximados, cerca de 30% da população. Em 1890, o número dos alfabetizados na Corte elevou-se a 50%. Além disso, o número de mulheres no magistério público cresceu a partir da segunda metade do século XIX. Em 1871, as mulheres já representavam cerca de 1/3 do professorado primário do Rio de Janeiro e, no final dos anos 1880, elas passaram a ser maioria. (SCHUELER, 2002).

Pode-se perceber que a política de instrução pública do governo, no início dos anos 1870, acompanhava os debates mais importantes da época e buscava alternativas para os problemas, nos limites de seu campo de atuação. O Estado procurava dirigir e controlar o ensino público, ao mesmo tempo em que concedia liberdade para os proprietários de colégios ou filantropos a agirem em prol da instrução. O público e o privado, longe de constituírem instâncias separadas e antagônicas, mesclavam-se e confundiam-se, ora promovendo projetos comuns e alianças, ora disputando monopólios e interesses distintos, num processo dinâmico, onde estavam em jogo tanto bens materiais quanto valores simbólicos e culturais. (ADORNO, 1991).

No início da década de 1870, produzindo, manipulando e utilizando os dados estatísticos e censitários, as autoridades da Corte apresentavam aos parlamentares os motivos da elevação do orçamento anual, proporcionando pela criação de mais 11 escolas públicas. Estas escolas seriam alocadas nas freguesias urbanas, Santana, Santa Rita, Glória, Engenho Velho e nas rurais, incluindo Inhaúma e Jacarepaguá. Com este acréscimo, a Corte passou a contar 58 escolas públicas, 30 de meninos e 28 de meninas. A importância atribuída à educação das mulheres, veiculada, sobretudo, pelo ideário positivista, já se fazia sentir e se expressava no número de estabelecimentos femininos, então quase igualado aos masculinos.

Os dados do Ministério do Império indicavam que a escola municipal de São Sebastião, na Praça Onze a "Pequena África" da Freguesia



de Santana, como a região ficou conhecida, devido à presença majoritária da população negra e de ex-escravos migrantes das cidades baianas – registrou a matrícula de 435 crianças em 1873, sendo 271 meninos e 164 meninas, estudantes em aulas separadas de ensino elementar. No mesmo prédio, à noite, funcionaram as aulas noturnas para 76 adultos. Quanto às casas de escolas particulares primárias, o governo possuía conhecimento da existência de 99 estabelecimentos, sendo que 4 delas eram subvencionadas pelos cofres públicos: 2 escolas masculinas, o curso noturno da *Sociedade Propagadora da Instrução às Classes Operárias da Lagoa* e o curso noturno da escola pública de Inhaúma. (MARTINEZ, 1997).

Reassumindo a pasta do Ministério do Império em meados de 1876, o Conselheiro e Senador do Império, José Bento da Cunha Figueiredo, alegava conhecer de perto os problemas do ensino. Na sua visão, o governo imperial aplicou todos os esforços em prol deste serviço e a instrução progrediu no país, principalmente na Corte, se comparados os dados aos anteriores à década de 1870. Para conferir credibilidade às suas idéias, a autoridade citava decretos imperiais de 1875 – de n.ºs 6154 e 6362 – através dos quais o Ministério do Império autorizou a criação de mais 17 escolas públicas na cidade, sendo 7 para meninos e 10 para meninas.

As freguesias urbanas, mais populosas, uma vez mais foram beneficiadas, passando a contar com mais escolas públicas primárias: 8 escolas em Santana; 7 em São Cristovão; 6 em Santa Rita; 6 no Sacramento; 6 na Glória; 5 no Espírito Santo; 5 no Engenho Novo; 5 em São José. Notável também foi a expansão do número de escolas nas freguesias rurais, como em Jacarepaguá (6), Guaratiba (5), Campo Grande (4) e Ilha do Governador (4). No entanto, o Ministro reconhecia que a população escolar nas áreas urbanas havia aumentado, estimando-a em cerca de 50.000 crianças, e, portanto, seria necessário elevar ainda mais o número de estabelecimentos.

Englobando o ensino público e o particular, foram registrados 14.257 alunos matriculados, em 1876. No final do ano seguinte, a Corte possuía 95 escolas públicas, 49 destinadas aos meninos e 46 às meninas. As 17 escolas recém estabelecidas não iniciaram prontamente suas atividades, por falta de professores efetivos, tendo algumas iniciado o exercício sob a responsabilidade dos adjuntos, ex-alunos das escolas que se tornavam, na prática do magistério, aprendizes do ofício. O quantitativo de escolas

primárias públicas – duplicado nos anos 1870 – não seria mais alterado até o advento do regime republicano.

A leitura dos relatórios, referentes à década de 1880, sobre o ensino primário na cidade do Rio de Janeiro revelou a permanência de muitos dos problemas e dos debates da década anterior. Embora muitas questões se repetissem, como, por exemplo, a liberdade e a obrigatoriedade de ensino, a necessidade de ampliação do número de escolas primárias, a formação do magistério, etc., nesses anos, outras problemáticas foram levantadas com maior ênfase. A reconstrução da nação e a formação de um povo, – homogêneo e harmônico –, através da educação e a partir da imagem de um Estado organizador e neutro, pairando sobre e acima da sociedade, foram soluções possíveis nas quais acreditaram os dirigentes imperiais relacionados à administração do ensino na Corte.

A instabilidade política refletia-se nos relatórios e documentos oficiais sob a forma de representações negativas e pessimistas sobre as escolas primárias na cidade. Pela leitura desses documentos, percebe-se que, nesse período, não foram criadas novas escolas públicas pelo Ministério do Império. Ao contrário, o número de escolas providas decresceu: das 95 existentes, apenas 75 estavam funcionando, devido às demissões de professores adjuntos, após as novas exigências de exames em 1881. A situação da frequência escolar também não parecia ser das melhores, ainda mais com a febre amarela epidêmica nos verões de 1881, 1882 e 1883. O Inspetor Geral da Instrução Pública reclamava, neste ano, que, entre uma população de 300.000 habitantes livres, a Corte possuía um total de 18.804 alunos, sendo 8.740 matriculados nas escolas públicas primárias e, 10.064, nas particulares.

O Relatório deste inspetor, Antonio Herculano Bandeira Filho, nomeado em 30 de abril de 1883, é muito rico em dados sobre as escolas públicas e particulares da Corte, inclusive localizando-as em seus endereços nas freguesias urbanas e rurais, então elevadas a 21, com o desmembramento da Lagoa e da Gávea e a criação do Engenho Novo, área de ocupação recente próxima ao Engenho Velho.

Em relação ao quadro estatístico escolar na cidade de Janeiro, registrava haver, em 1883, 94 escolas públicas primárias, 68 urbanas e 26



suburbanas – menos uma em relação aos anos anteriores, visto que a escola isolada de meninos de São José foi fechada por falta de freqüência.

Das 94 escolas públicas primárias em funcionamento – algumas providas apenas com professores adjuntos –, 13 funcionavam nos 7 prédios públicos, construídos na década anterior, para o fim específico da instrução, com capacidade para abrigar de 400 a 600 crianças de ambos os sexos, quais sejam: o da Rua da Harmonia, na Freguesia de Santa Rita; o da Praça da Aclamação, em Santana; o da Praça Duque de Caxias, na Glória; o da Rua Boa Vista, na Gávea; o da Praça de São Francisco Xavier, no Engenho Velho; o da Praça de Pedro I, em São Cristovão e, o da Praça de Pedro II, no Engenho Novo.

As demais escolas públicas primárias – 81 – permaneceram funcionando nas tradicionais casas domésticas alugadas. Tal fato, aliás, era lamentado pelo Inspetor, pois, na sua perspectiva, o ideal era que a instrução pública fosse ministrada em modernos edifícios, cuja construção se adequasse aos fins e programas de ensino, mesmo que fosse mantida a moradia dos mestres no interior dos espaços escolares, como forma de auxiliar nos seus parcos vencimentos.

Alertando para as falhas e imperfeições existentes nas suas contas, o Inspetor informava que, em 1883, as matrículas das escolas públicas primárias registraram 8.740 alunos, 4.761 meninos e 3.979 meninas. Quanto ao ensino particular, Antonio Herculano registrou 185 estabelecimentos de instrução primária, número que representava uma elevação de 80% em relação ao início da década anterior. Nestes, a matrícula subia a 10.064 alunos, 6.710 meninos e 3.354 meninas, o que reiterava a importância das instituições privadas de ensino na cidade.

Em contraposição aos anos 1870, a nova década foi lida por este dirigente como um período de decadência do ensino público na cidade do Rio de Janeiro. Embora esta chave interpretativa pareça interessante, e coerente com os dados produzidos pelos relatórios e documentos oficiais, mais do que enfatizar a suposta decadência no ensino primário na cidade nos anos 1880, importa ressaltar que o processo de constituição da *escola*, e das escolas públicas primárias na Corte, foi caracterizado pela permanente tensão entre diversos projetos de reforma e concepções educacionais distintas a respeito dos significados da educação pública, e da escola.

Entre diagnósticos e representações mais otimistas (que ora apontavam para os avanços da escolarização), e perspectivas de análise pessimistas (que, via de regra, sustentavam o atraso, os retrocessos e a defasagem entre os percentuais de matrículas e da frequência escolar), os *Relatórios* oficiais revelam os impasses e os embates em torno das representações culturais sobre a escola primária na cidade do Rio de Janeiro. Revelam, sobretudo, não apenas conflitos políticos, mas elaborações, apropriações e perspectivas distintas, projetos e modos diferenciados de pensar, dirigir, controlar, produzir e diagnosticar a escola, em uma cidade que experimentava o acirramento das desigualdades e das diferenças entre as classes sociais. Desigualdades ainda mais tensionadas, no fim dos anos 1880, quando os embates definitivos em torno da escravidão conduziram à redefinição não apenas da organização do trabalho, mas dos conceitos de liberdade e cidadania. (CHALHOUB, 1986). Sem falar do golpe militar de 15 de novembro e a transfiguração da monarquia tropical em *República dos Estados Unidos do Brasil*...

## Considerações finais

180

Com a reconstrução do movimento de implementação das escolas públicas primárias na cidade, através de um mapeamento quantitativo destes estabelecimentos de ensino, registrado pelos *Relatórios do Ministério do Império* e da *Inspetoria Geral de Instrução*, pode-se perceber que, entre os anos de 1854 e 1890 houve um relativo crescimento da atividade política estatal no sentido de controlar e criar escolas públicas, ao mesmo tempo em que havia uma demanda por escolas, se consideramos o número significativo das matrículas de meninos e meninas nas populosas freguesias urbanas da cidade, com notável elevação das matrículas nas escolas do sexo feminino nas décadas de 1870 e 1880. Dado que, aliás, é coerente com a própria expansão do ingresso das mulheres no magistério público primário. (SCHUELER, 2002).

Esse movimento de constituição das escolas públicas primárias nas freguesias urbanas e rurais indicava claramente que a ação estatal hierarquizava os estabelecimentos e definia políticas distintas para o ensino primário na cidade. Priorizava-se, claramente, a distribuição e a localização das casas de escolas nas freguesias urbanas, centrais e populosas, não somente em



atendimento às possibilidades mais expressivas da demanda da população escolar, como a denominavam, mas, sobretudo, como instrumento de visibilidade das próprias escolas (a institucionalização e a difusão da *escola* na sociedade) e de uma determinada direção política na cidade.

A prioridade para a escolarização da população urbana e a distribuição desigual das escolas oficiais nas áreas centrais e periféricas da cidade, ganhara expressão máxima com a construção, nas praças centrais da cidade, dos modernos prédios escolares, monumentalizados em grandiosas formas arquitetônicas, associados aos “palacetes” de estilo europeu, e ao ideal de constituição de um novo *lugar* da educação escolar na malha urbana, de uma cidade que se pretendia moderna, e de novos modelos educativos para a sociedade.

A hierarquização; a distribuição desigual e irregular das escolas primárias na cidade; a coexistência de uma maioria de estabelecimentos funcionando nas tradicionais casas residenciais alugadas pelo erário com modernos prédios destinados ao fim específico da instrução primária, um espaço construído para afirmar a noção de *lugar público* – todos esses constituem fatores que, para além de uma perspectiva de reconstrução de um diagnóstico do ensino primário, indicam que, na cidade do Rio de Janeiro, nos anos finais do século XIX, não se pode falar em escolas (e em professores e professoras, alunos e alunas!) como se estas fossem instituições não apenas naturais como homogêneas, formalizadas por normas e modos de organização, de distribuição e de funcionamento semelhantes.

Ao contrário, havia uma diversidade de *culturas escolares*, uma heterogeneidade de experiências e de práticas docentes, e dos grupos sociais (os alunos) que constituíam o público das escolas, nas variadas modalidades de organização escolar existentes na cidade, manifestadas, sobretudo, nas distintas localizações e distribuições na malha urbana, nos diversos lugares sociais da escola, nas diferenciações entre as escolas domésticas urbanas e as rurais, e entre estas e os modernos “palácios” escolares, responsáveis pelo progressivo agrupamento das antigas escolas isoladas nas freguesias centrais da cidade.

Por essas razões, como sugere Antonio Viñao Frago (1995), é preciso falar nas escolas primárias oitocentistas no *plural*, pois, enquanto conjuntos de aspectos institucionalizados – a organização, a *escola* – as *culturas es-*

*colares* possuem variadas modalidades e níveis, incluem diversas práticas e condutas, modos de viver e de pensar, hábitos e ritos, ou seja, constituem diferentes histórias cotidianas do *fazer* escolar, além de expressarem uma diversidade de idéias compartilhadas, ou não, de objetos materiais, de funções e usos dos espaços e dos tempos escolares.

## Notas

- <sup>1</sup> Para uma análise do *Conto de Escola* no sentido de problematizar a construção histórica do *ofício de aluno* no Brasil, na interface da História da Educação e da Sociologia da Infância, consultar Delgado; Muller; Schueler (2005).
- <sup>2</sup> Resultados parciais da pesquisa sobre o quantitativo das escolas públicas primárias nas últimas décadas do século XIX podem ser encontrados em Schueler (2001). O presente relatório de pesquisa constitui versão modificada do primeiro capítulo da tese de doutoramento. Consultar Schueler (2002). Alguns resultados da pesquisa vêm sendo recentemente divulgados em Congressos e Seminários de História da Educação. Conferir Schueler (2005).

## Referências

182

ADORNO, Sérgio. **Aprendizes do poder**. O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

AMARAL, José de Santa Maria. Relatório do Inspetor Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte. **Relatório do Ministério do Império**. Rio de Janeiro: Tipografia Oficial, 1872.

ASSIS, Machado. Conto de escola. **Várias histórias**. São Paulo: Globo, 1997.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**. A elite política imperial. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume Dumará, 1980a.

\_\_\_\_\_. **Teatro de sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Relume Dumará, 1980b.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUZA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara (Org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das cores do silêncio**. Os significados da liberdade no Sudeste escravista. Brasil século XIX. Rio de Janeiro, 1993 (Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa).

\_\_\_\_\_. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.



- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Visões da liberdade**. As últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- DELGADO, Ana Cristina Coll; MULLER, Fernanda; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. **Para além dos ofícios de crianças e alunos**: o caso do Brasil. Pelotas/Rio de Janeiro, 2005 (mimeo).
- ESCOLANO, Augustin; FRAGO, Antonio Viñao. **Currículo, espaço e subjetividade**. Espanha: DPA Editora, 1998.
- FARIA FILHO, Luciano; VIDAL, Diana. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 14, p. 19-34, maio./jun./jul./ago. 2000.
- FARIA FILHO, Luciano. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise. In: VEIGA, Cynthia; FONSECA, Thaís. (Org.). **Historiografia e história da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- FRAGO, Antonio Viñao. Historia de la educación e historia cultural. posibilidades, problemas cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 0, p. 63-82, set./dez. 1995.
- GONDRA, José; LEMOS, Daniel. **Poderes da assinatura**. Abaixo-assinados como fonte para a História da Educação Brasileira do século XIX. Rio de Janeiro, 2001 (mimeo).
- GONDRA, José. **Artes de civilizar**. Medicina, higiene e educação na corte imperial. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.
- LOBO, Eulália Maria. **História do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- MARTINEZ, Alessandra. **Educar e instruir**: a instrução popular na Corte imperial, 1997. 300 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.
- NUNES, Clarice. História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 6, p. 151-182, 1992.
- \_\_\_\_\_. **A escola redescobre a cidade**. Reinterpretação da modernidade pedagógica no espaço urbano carioca de 1910-1933, 1993. 227 f. Tese (Concurso para Professor Titular) Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.
- ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições/habitações populares**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1986.
- SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. A instrução primária no Rio de Janeiro imperial: esboço das escolas públicas nas últimas décadas do século XIX. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 10, n. 17, p. 93-124, jul./dez. 2001.

\_\_\_\_\_. **Forma e culturas escolares na cidade do Rio de Janeiro:** práticas, representações e experiências de profissionalização docente em escolas públicas primárias (1870-1890), 2002. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

\_\_\_\_\_. Culturas escolares e experiências docentes na Corte imperial: notas de pesquisa. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 28., 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2005. 1 CD-ROM.

SILVA, Adriana Maria Paulo. **Aprender com perfeição:** escolarização e construção da liberdade na Corte da primeira metade do século XIX. Brasília: Plano, 2000.

SOUZA, Rosa Fátima. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, Marcus Vinicius (Org.). **Ideário e imagens da educação escolar.** Campinas: Autores Associados, 2000.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores e caçadores:** a origem da lei negra. 2 ed. Tradução de Denise Bottmann; Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. **Whigs and hunters.** London: Penguin Books, 1977.

VEIGA, Cynthia. **Cidadania e educação na trama da cidade:** a construção de Belo Horizonte em fins do século XIX. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

184 VEIGA, Cynthia; FONSECA, Thaís. (Org.). **Historiografia e história da educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VIDAL, Diana Gonçalves; GONDRA, José Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes; DUARTE, Regina Horta. **Educação, modernidade e civilização.** Belo Horizonte: Autentica, 1998.

VIDAL, Diana; CORTEZ, Maria Cecília de Souza (Org.). **A memória e a sombra.** A escola brasileira entre o império e a república. Belo Horizonte: Autentica; São Paulo: FEUSP, 1999.

Alessandra Frota Martinez de Schueler  
Profa. da Faculdade de Educação da UERJ  
Pesquisadora do NEPHE/UERJ  
Rua Tupiniquins | 305 | São Francisco  
Niterói | Rio de Janeiro | 24360-260  
E-mail | alefrotaschueler@yahoo.com.br

Recebido 24 ago. 2005

Aceito 18 set. 2005